ESTADO, CRISE CAPITALISTA E AS INFLEXÕES NAS POLÍTICAS SOCIAIS NO CONTEXTO DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Rayanne Marques Pereira do Egito[1]

RESUMO

Este trabalho dá sequência aos estudos que vimos realizando junto à temática de políticas sociais, e objetiva analisar a formação do Estado e sua intervenção através das políticas sociais situando-os no contexto da sociabilidade capitalista, abordando a relação entre a ofensiva neoliberal, financeirização do capital e os rebatimentos nas políticas sociais. Para alcançarmos este fim, procedemos à análise através do estudo bibliográfico nas obras clássicas e contemporâneas, periódicos, revistas, teses e principais portais de notícias. Os resultados dos nossos estudos permitem indicar que a política social vem sendo pautada pela política econômica, sofrendo todas as implicações das medidas adotadas pelos governos neoliberais quando submetem os direitos sociais às exigências do capitalismo, sobretudo na sua atual fase destrutiva, expresso na sua face financeira. Tais transformações ocorridas no contexto do capitalismo contemporâneo resulta em um processo pelo qual as políticas sociais vem passando por contrarreformas.

Palavras-chave: Crise Capitalista; Financeirização. Contrarreformas.

ABSTRACT

This work follows on from the studies we have been carrying out on the theme of social policies, and aims to analyze the formation of the State and its intervention through social policies, placing them in the context of capitalist sociability, addressing the relationship between capitalist crisis, financialization of the capital and the repercussions on social policies. To reach this end, we proceeded to the analysis through bibliographical study in classic and contemporary works, periodicals, magazines, theses and main news portals. The results of our studies allow us to indicate that social policy has been guided by economic policy, suffering all the implications of the measures adopted by neoliberal governments when they submit social rights to the demands of capitalism, especially in its current destructive phase, expressed in its financial face. Such transformations occurring in the context of contemporary capitalism result in a process through which social policies have been undergoing counter-reforms.

Keywords: Capitalist Crisis; Financialization. Counter-Reforms .

1 INTRODUÇÃO

1 Universidade Federal de Pernambuco; Mestranda em Serviço Social; rayanne.max@hotmail.com.

As políticas sociais surgem em fins de um longo período depressivo, o qual se estende de 1914 a 1939, e se ampliam no início de um período de expansão, nomeada por alguns estudiosos como a “idade de ouro” do capitalismo, que vai até o final da década de 1960. Durante os 30 anos que caracterizam este período, foram investidos na universalização de direitos, por meio das negociações entre empresas, sindicatos fortes e instituições do Estado, conformando o Estado Social do pós-guerra.

Os direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora no pós-guerra tinham como premissa objetiva um arranjo institucional político centralizado no Estado de Bem Estar Social, que por sua vez esteve ancorado nos recursos econômicos e financeiros disponibilizados pela onda longa expansiva (CASTELO, 2013, p. 183). Este longo período foi caracterizado, de acordo com Harvey (2004), especialmente na Europa e nos Estados Unidos, tanto por um crescimento econômico estável quanto por uma melhoria nos padrões de vida dos trabalhadores, através de uma combinação de Estado de Bem-Estar Social – *Welfare State –,* administração keynesiana e controle das relações de salários.

Ao final da década de 1960, a fase expansiva do capitalismo maduro começou a dar sinais de declínio do crescimento econômico, evidenciando o início da saturação daquele padrão de acumulação com consequências avassaladoras para as condições de vida e trabalho das maiorias, rompendo com o pacto dos anos de crescimento, com o plano emprego keynesino-fordista e com o desenho social-democrata das políticas sociais. Trata-se de uma crise de alcance global cujas tentativas de resolução tinham o propósito de combater as políticas macroeconômicas de matriz keynesiana, defendendo como meta a estabilidade monetária, dando espaço aos processos de mundialização do capital, ao modelo neoliberal e a reestruturação produtiva.

Nesta continuidade, o objetivo do estudo por ora apresentado, consiste em analisar, e deste modo, problematizar, a formação do Estado e sua intervenção através das políticas sociais no contexto do capitalismo contemporâneo, abordando a relação entre a ofensiva neoliberal, financeirização do capital e as contrarreformas das políticas sociais. Para alcançarmos este fim, foi realizada uma pesquisa bibliográfica nas obras clássicas e contemporâneas, periódicos, revistas e teses

disponíveis nas referências bibliográficas deste trabalho, cuja matriz teórico-metodológica é o materialismo histórico-dialético.

Buscamos reflexões sobre a formação do Estado e as transformações contemporâneas do capitalismo, sobretudo quando este atravessa a onda longa depressiva, caracterizada como a crise estrutural capitalista. Por fim, situa algumas das implicações das medidas adotados pelo Estado brasileiro neoliberal no tocante às políticas sociais sob a égide do capitalismo financeiro financeirizado.

2. ESTADO, SOCIABILIDADE CAPITALISTA E POLÍTICAS SOCIAIS: UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

O Estado não existiu desde sempre. Em termos de concepção, a origem do Estado está, para Engels (1894 *apud* GRUPPI, 2001), intrinsecamente vinculada ao desenvolvimento da economia. “Sua manifestação é especificamente moderna, capitalista” (MASCARO, 2013, p. 18). Se havia política antes do capitalismo, não havia, no entanto, a forma política estatal. De fato, o autor parte do conhecimento do Estado capitalista para buscar na história sua origem e sua gênese.

“Tudo começa quando se diferencia a posição dos homens nas relações de produção” (GRUPPI, 2001, p.30). Com o desenvolvimento da economia, surgem diferenciações econômicas, de classes, no interior de toda a descendência familiar. Quando destas diferenciações dissolve-se a família, entra-se em crise. Tal desenvolvimento alcançou patamares antes inimagináveis, tanto da sociedade quanto dos indivíduos, acentuando as contradições existentes. Assim, se produzem diferenciações nas relações de produção, determinando a formação de classes sociais.

O Estado é, desta forma, resultado de um determinado grau de desenvolvimento econômico que está necessariamente associado ao surgimento das classes, e por consequência da divisão da luta de classes. Nesta continuação, salienta Engels (1984 *apud* LÊNIN, 1917), é o poder que é nascido da sociedade, mas que se coloca acima dela e que cada vez mais se aliena dela, cujo o desígnio pelo qual fora criado é abafar os conflitos das classes de interesses econômicos contraditórios e os manter dentro dos limites da ordem.

Isso posto, o Estado não deve ser entendido como um aparato neutro da burguesia pela qual esta reafirma seu poder. Ao contrário disto, "o Estado na reprodução do capital, é inexoravelmente distinto tanto das classes capitalistas quanto das classes trabalhadoras" (MASCARO, 2013, p.71). Não representando, desta forma, a vontade e os interesses de uma única classe. Não obstante, este se apresenta enquanto elemento necessário da própria reprodução capitalista, "de tal sorte que não sendo burguês imediatamente, o Estado o é, de modo indireto." (idem, p.72).

Por isso, deve-se inferir que o Estado é capitalista não por razão de um domínio imediato do aparelho estatal pela classe burguesa, ao invés disso, o Estado é capitalista por razões estruturais, sendo um elemento necessário à reprodução das relações capitalistas. O Estado se interpõe enquanto um ente terceiro, cuja forma estatal é justamente alheia aos interesses imediatos das classes como modo necessário à reprodução capitalista. Desta forma, "o Estado não é domínio dos capitalistas; menos e mais que isso: o Estado é a forma política do capitalismo" (MASCARO, 2013, p. 100).

Apesar disso, afirmar que o Estado é capitalista não implica anular que este seja impermeável às demandas e necessidades da classe trabalhadora. Uma das formas com as quais o Estado é pressionado a responder a estas demandas é por meio das políticas sociais. Tais respostas se constituem juntamente como uma estratégia política de legitimação do poder do Estado, bem como da sociabilidade capitalista. Sendo assim, o investimento em políticas sociais não se trata de uma benesse do Estado, antes, do reconhecimento por parte deste dos direitos sociais, incorporando algumas demandas da classe trabalhadora, sem contudo, colocar em xeque os fundamentos do capitalismo.

Sobre este ponto, Behring (2019, p. 239) sintetiza:

> A política social é um processo histórico típico da sociedade burguesa, é produto da luta de classes (portanto, marcada por contradições), articula-se ao processo de acumulação como mecanismo de gestão da força de trabalho (política e econômica) e reprodução ampliada do capital, e responde a necessidades da reprodução da força de trabalho – donde é disputada pelos trabalhadores –, sendo financiada pelo fundo público (cuja composição vem se fundando, cada vez mais, na renda do trabalho), e se altera ao longo dos ciclos do capital.

Assim, o surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de força no âmbito do Estado (BEHRING, 2011). Os autores são unânimes em situar o final do século XIX como o período em que são criadas as primeiras legislações e medidas de proteção social, com destaque para os países como Alemanha e Inglaterra. No entanto, a ampliação e generalização destas políticas se dá no período posterior à Segunda Guerra Mundial, nomeada por alguns estudiosos como “a idade de ouro” do capitalismo, que vai até o final da década de 1960. Durante os 30 anos que caracterizam este período, foram investidos na universalização de direitos, conformando o Estado Social do pós-guerra.

Não obstante, a partir da segunda metade dos anos 1960, este período passa apresentar sinais de esgotamento, culminando num longo período de estagnação de alcance global, marcado por pertubações em escalas ainda maiores dos que as registradas antes, tornando evidente a incapacidade de controlar as crises do capital por meio do intervencionismo keynesiano.

Sob este contexto, o período posterior aos “trinta anos gloriosos” é marcado pelo avanço das ideias neoliberais que despontou como uma reação teórica ao Estado intervencionista e de bem-estar, constituindo-se como uma das respostas do capital às baixas taxas de lucros, ignorando desta forma, o entendimento das causas centrais da crise. Para eles, a crise era resultado do poder nefasto e excessivo dos sindicatos, colocando a organização da classe trabalhadora como criadora dos distúrbios e nos mecanismos de ajustes naturais do mercado, que apresenta falhas justamente por conta da indevida intervenção dos trabalhadores e do Estado de bem-estar social (CASTELO, 2013, p. 184), sendo este último, considerado pernicioso para o desenvolvimento econômico, uma vez que o consume acresce e a poupança da população diminui.

Na obra *Nas Ruínas do Neoliberalismo* (2019), Wendy Brown, salienta que por volta desse período, os programas neoliberais foram implementados por Margaret Thatcher e Ronald Reagan, novamente focados na desregulação do capital, no combate ao trabalho organizado, na privatização de bens e serviços públicos, na redução da tributação progressiva e no encolhimento do Estado social.

Chegado os anos 1980, a reestruturação da economia se dá através da revolução tecnológica e organizacional na produção – reestruturação produtiva; corrida tecnológica em busca do diferencial da produtividade do trabalho, como fonte de superlucros e a globalização da economia. A palavra de ordem nesse contexto é *flexibilidade* para alcançar o máximo de produtividade possível com o mínimo de custo.

Essas mudanças no mundo do trabalho são acompanhadas pelo processo de "mundialização do capital" (CHESNAIS, 1996), ou seja, da constituição de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro, o que implica numa nova configuração do capitalismo mundial e dos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação (CHESNAIS, 1996). Nesse movimento, são adensadas as relações entre as diversas regiões do globo com a extensão das relações de dependência, impondo a adesão a este padrão de acumulação, cujo alicerce encontra-se nas medidas de *liberalização, desregulamentação* e *privatização,* pondo fim ao controle do movimento de capitais com o estrangeiro.

Corroborando com essas análises, Chesnais adensa o exame da conjuntura pós-crise do padrão keynesiano apresentando três elementos presentes na agenda do neoliberalismo que possibilitaram o processo de mundialização do capital, foram eles: "*a desregulamentação ou liberalização monetária e financeira, a desintermediação e a abertura dos mercados financeiros nacionais*" (1996, p. 261). A articulação desses processos institucionalizou a livre circulação do capital financeiro, abrindo espaços para ação de outras instituições financeiras, os fundos (com maior destaque para os mútuos e de pensão), abalando a unicidade dos bancos (idem).

O alvo dessas medidas foi a consolidação de um ambiente econômico no qual pudessem encontrar liberdade absoluta. Essa plena abertura dos mercados foi orquestrada por meio das agências multilaterais (dada a posição privilegiada dessas entidades) e incluída na agenda política dos países. Foram suprimidas as barreiras que "prendiam" a movimentação dos capitais e desestruturados os sistemas de proteção das economias, em especial nos países de capitalismo dependente.

É inconteste, como afirma Brown (2019, p. 28), que o neoliberalismo bem como a sua cria, a financeirização, marcaram expressivamente a história recente mundial de maneira profunda.

3. AS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL FRENTE ÀS OFENSIVAS DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

A política social no Brasil se constitui sob as marcas de sua particularidade histórica. Afinal, as relações tipicamente capitalistas se desenvolvem de uma forma bem diferente dos países de capitalismo central, ainda que mantendo as suas características essenciais. (BEHRING, 2011). Nesta perspectiva, cabe o destaque de algumas dessas marcas para situarmos a política social na particularidade brasileira no contexto do capitalismo contemporâneo.

A partir de uma leitura dialética do processo de formação do capitalismo brasileiro é possível identificar a presença de algumas dessas marcas nos dias de hoje. Neste sentido, auxiliou-nos as reflexões de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Francisco de Oliveira, os quais destacaram o *sentido da colonização* e o *peso do escravismo* no Brasil (PRADO, 2011), a *heteronomia, a dependência* (FERNANDES, 2006)*, o papel da burguesia na nossa formação socio-econômica,* e a *relação entre o arcaico e o novo* (OLIVEIRA, 2003).

Analisemos agora como o Brasil se insere no período no qual já está em curso, no plano internacional, a reação burguesa à crise do capital iniciada no final dos anos 1960, e as consequências para a política social. O primeiro elemento a ser identificado, é que enquanto no plano internacional desencadeava-se a reação burguesa, o Brasil, no contexto da ditadura miliar experimentava um período de expansão das políticas sociais. De acordo com Mota (1995, p.149) esse regime político "(...) promove[u] algumas mudanças no âmbito das políticas sociais, procurando funcionalizar essas demandas de acordo com o seu projeto político, por meio da expansão seletiva de alguns serviços sociais", no sentido de obter o consenso passivo das classes trabalhadoras e oferecer "uma imagem social do Estado que lhe conferisse legitimidade".

No entanto, a despeito da "expansão" das políticas sociais no pós-64, somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, é instituída a Seguridade Social brasileira, que dá uma nova direção para a proteção social no Brasil, ao instituir como políticas públicas integrantes o tripé: saúde, previdência e assistência social – estas voltadas para a concepção do direito social e norteadas pelos princípios da universalidade, seletividade e distributividade, uniformidade e da equivalência, diversidade e de caráter democrático e descentralizado.

Conquanto, com respeito ao ciclo da crise do capital que se arrasta desde 1970, as medidas adotadas seguiram uma perspectiva desmontes dos direitos recentemente conquistados por meio da Constituição Federal. Os direcionamentos para uma *contrarreforma do Estado* que engendrara um duradouro ajuste fiscal se confirmaram nos governos pós-1990, quando se tem a elaboração do Plano Real pela equipe econômica de Fernando Henrique Cardoso. Tal proposta se direcionava para diminuição do papel interventivo do Estado e para a abertura do mercado a partir de privatizações de aparelhos públicos que, segundo os neoliberais, contribuiria no sentido de atrair capitais, reduzindo a dívida externa; reduzir a dívida interna; obter preços mais baixos para os consumidores; melhorar a qualidade dos serviços; e atingir a eficiência econômica das empresas, que estariam sendo ineficientes nas mãos do Estado. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011).

De acordo com Behring (2019, p.17) o centro da "reforma" foi ajuste fiscal. E continua:

> Ali se iniciava a primeira fase consistente do neoliberalismo, quando se formula aquele que pode ser considerado um documento orientador de período e talvez o mais forte elemento de continuidade pós constitucional: O Plano Diretor da Reforma do Estado. (BEHRING, 2019, p.16).

Há também, nesse sentido, uma tendência à despolitização da política social, o reforço a práticas voluntaristas em razão do terceiro setor – ONGs, organizações sociais e instituições filantrópicas – transferindo a responsabilidade para a sociedade civil, podendo incorrer no retorno a práticas clientelistas, de ajuda, de favor, a seleção da pobreza, associada à redução dos gastos sociais, tá duramente conquistados.

Os impactos disso nas políticas sociais implicaram/implicam uma série de retrocessos escancarados aos avanços que vinham se processando com a Constituição Federal, através das reformas direcionadas à previdência social, onerando cada vez mais a força de trabalho, promovendo uma focalização da assistência social e, com isso, acentuação dos níveis de pobreza e a universalização excludente na saúde.

Nesta perspectiva, a tática neoliberal de reprodução da força de trabalho consiste em implementar políticas sociais que consigam integrar os indivíduos, já que em sua visão, o trabalho assalariado não tem mais essa capacidade. É esta ótica que vem determinando as tendências da seguridade social brasileira (saúde, previdência e assistência social), que em oposição à universalização e à integração entre as três políticas da seguridade social, passa a ser centralizada em políticas privatizadas e mercantilizadas, como é o caso da saúde e previdência em e programas sociais focalizados e seletivos, enquanto estratégia de combate à pobreza.

Assim, no interior da reorganização do capitalismo contemporâneo e do Estado capitalista, as políticas sociais vêm passando por processos de contrarreformas. Nesta condição, a reestruturação da produção vai impactar nos mecanismos públicos de seguridade social, seja pelas críticas aos modelos universais, seja pela suposta crise fiscal do Estado ou, ainda, pela ideologia neoliberal, que vai indicar o caminho para superação da crise, através da criação de novos modelos para os programas de proteção social. O que observamos nesse contexto é uma tendência de mercantilização e privatização dos direitos sociais historicamente conquistados, em proveito do pagamento dos juros e amortização do serviço da dívida pública.

Segundo Meirelles (2020, p.242):

> No que se refere às particularidades do Estado brasileiro, observa-se que o processo de mundialização do capital, aliado ao receituário neoliberal, emergente desde 1990 em nosso país, representa uma sucessão de contrarreformas, das quais destacamos dois eixos de análise, profundamente articulados entre si. O primeiro se refere à mercantilização e privatização da Seguridade Social, utilizando-se para tanto da focalização das políticas públicas sociais na pobreza absoluta (ou pobreza extrema). O segundo eixo se refere ao deslocamento de recursos públicos sociais para o investimento em capital financeiro e pagamento da dívida pública brasileira.

Neste cenário surge uma visão hegemônica no âmbito nacional e internacional sobre as políticas sociais, determinada pelos organismos internacionais como Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Interamericano para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e Fundo Monetário Internacional (FMI), prestigiando uma ideologia de proteção só para os "desprotegidos", ou seja, as ações de proteção social advindas dos recursos do Estado só focalizarão uma parte da população, logicamente aquela que se encontra abaixo da linha da pobreza, enquanto que o resto da população encontrará sua proteção nas prateleiras e vitrines do livro mercado.

Assim, o conjunto das "reformas" de cunho liberal surgidas nos anos 1980 e 1990 ganham destaque com as mudanças no sistema de seguridade social, desenvolvendo uma clara ofensiva contra a intervenção do Estado na economia e na proteção social, no sentido de privatizar a previdência e saúde e ampliar os programas assistenciais, em sincronia com as mudanças no mundo do trabalho e com as propostas de redirecionamento da intervenção social do Estado, sendo pautada segundo a "ditadura das finanças", a qual é determinada pela mundialização do capital (CHESNAIS, 2005).

Seguindo essa linha de análise, Brettas (2017) afirma:

> A fragmentação, a focalização e a privatização sempre estiveram presentes nas políticas sociais no Brasil. Embora assumam contornos mais profundos no neoliberalismo, estes traços não parecem suficientes para caracterizar este período. Ao que tudo indica, um dos debates que contribui para a reflexão sobre as políticas sociais no contexto neoliberal passa pela financeirização e pela forma que se dá a apropriação do fundo público, a qual mantém relação com a criação de mecanismos para transferir valores arrecadados pelo Estado para as mãos do grande capital nacional e estrangeiro. (BRETTAS, 2017, p.62-63)

Nesta continuação, ainda segundo a autora (BRETTAS, 2020), a política de ajuste fiscal e o seu desdobramento sobre as disputas do fundo público são expressão deste novo momento, em que o Estado operará um conjunto de mudanças com vistas a assegurar a rentabilidade financeira do capital e para tanto, entre os anos 1994 e 2000, foram criados alguns mecanismos, alguns deles amplamente utilizados para facilitar o destino do fundo público em benefício da burguesia rentista. Dentre estes mecanismos destacamos: o corte dos gastos públicos, que tem como consequência direta para as políticas sociais foi a criação da

Desvinculação das Receitas da União (DRU), que tem especial importância neste sentido. A DRU foi criada no contexto de intensificação do ajuste fiscal em 1994, como um mecanismo de subtração de recursos do orçamento público para geração de superávit para pagar a dívida pública. Além desse, outros mecanismos foram criados pelo governo FHC e mantidos pelos governos petista de Lula da Silva e Dilma Rousseff, e vem sendo aprofundados nos governos de Temer e Bolsonaro, são eles: juros altos, a definição de metas de superávit primário, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), dentre outros.

Porém, vem sendo veiculada, nos discursos oficiais, nestes últimos anos, a alegação de que o motivo do corte dos gastos é a escassez de recursos públicos, localizando o problema na crise fiscal do Estado.

> Aqui ocorreu uma espécie de *aparente* "esquizofrenia": argumentava-se que as razões da crise estariam localizadas no Estado, donde seria necessário "reformá-lo" para novas requisições, corrigindo distorções e reduzindo custos, discurso largamente reposto hoje. Enquanto isso, a política econômica – fundada nas privatizações, nas desvinculações orçamentárias (FSE, FEF e DRU), no superávit primário, na Lei de Responsabilidade Fiscal, na prática de juros altíssimos,e no pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida pública – corroeu aceleradamente os meios de financiamento do Estado brasileiro por meio de uma inserção na ordem internacional que deixou o país à mercê dos especuladores no mercado financeiro, de forma que todo o esforço de redução de custos preconizado escoou pelo ralo do crescimento galopante das dívidas interna e externa mesmo com toda uma montagem macroeconômica coordenada pela dívida. (BEHRING, 2019, p.16)

Essas medidas da política econômica são tomadas como saídas para impedir os crescentes déficits e transferência de parte da riqueza para gastos com a reprodução da força de trabalho. Para amenizar esse problema implementam-se as contrarreformas no Estado e nas políticas sociais.

O contingenciamento dos gastos sociais destinados às políticas sociais deve ser analisado à luz dessas transformações, para compreendermos esta problemática na sua totalidade. Embora o Estado seja capitalista e as políticas sociais limitadas no que se refere a ruptura com a ordem dominante, estas não podem ser usadas para enfraquecer a luta e a organização da classe trabalhadora por direitos sociais e universais, pois esta organização constitui um elemento fundamental para o enfrentamento dos processos de exploração da força de trabalho pelo capital.

3 CONCLUSÃO

O ponto de partida deste estudo foi o Estado situado na sociabilidade capitalista, entendendo este enquanto circunscrito na dinâmica da sociedade burguesa, se constituindo enquanto a forma política do capitalismo.

Contudo, afirmar que o Estado é capitalista não implica anular que este seja impermeável às demandas e necessidades da classe trabalhadora. Uma das formas com as quais o Estado é pressionado a responder a estas demandas é por meio das políticas sociais. Tais respostas se constituem juntamente como uma estratégia política de legitimação do poder do Estado, bem como da sociabilidade capitalista.

Isso posto, o período que corresponde aos últimos 40 anos tem sido profundamente marcado pelos efeitos da crise e pela ofensiva capitalista neoliberal numa perspectiva de destruição dos direitos historicamente conquistados, cujo o propósito é recuperar as taxas de lucro não importando o custo. Nesse contexto, o Estado é refuncionalizado e a política social sofre importantes transformações a fim de se adequar a este novo ambiente. Esta adequação aponta para um padrão em que as políticas de assistência são hipertrofiadas e focalizadas enquanto que as de previdência e saúde são mercantilizadas. Observa-se ainda, o incentivo ao empreendedorismo e ao individualismo no tocante às políticas voltadas ao trabalho, confirmando o lugar do Estado cujo o tamanho é mínimo para o social e máximo para o capital.

Sob a tônica do projeto neoliberal, endossa-se os discursos de focalização e privatização das políticas sociais, exemplarmente o Estado brasileiro opera duros golpes nos direitos assegurados constitucionalmente, em especial na seguridade social, com as propostas de contrarreformas as políticas de saúde, previdência social e assistência social.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete, **Política Social:** Fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2011 (Capítulos 4 e 5)

BEHRING, Elaine Rossetti. Ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. IN CISLAGHI, Juliana. **Mesa Coordenada Ajuste fiscal e seguridade social: Retrocessos e desafios em tempos de ofensiva conservadora**. IX Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís: PPGPP, 2019. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_1991995cbc6c9a8fde9.pdf. Acesso em 22 de dezembro de 2020

BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, neoliberalismo e a financeirização das políticas sociais no Brasil. In: Revista Temporalis, ano 2017, n°34. Brasília, p. 53-76

BRETTAS, Tatiana. Capitalismo Dependente, Neoliberalismo e Financeirização das Políticas Sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2020

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo:** a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. Tradução por Mario A. Marino e Eduardo Altheman C. Santos, São Paulo: EditoraFilosófica Politeia, 2019.

PRADO JR. Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo:** colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo:** uma ideologia neoliberal para "questão social" no século XXI. 2011. Tese (doutorado) – Programa de Pós Graduação em Serviço Social - UFRJ/ESS, 2011

CASTELO, Rodrigo. **O Social-Liberalismo:** Auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. 1 Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil:** ensaio de interpretaçãosociológica. 5 ed. São Paulo: Globo, 2006.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel:** as concepções de Estado em Marx, Engels, Lenin e Gramsci. 16 ed. Porto Alegre: L&PM, 2001.

LENIN, Vlademir Ilyich. **O Estado e a Revolução:** a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução. São Paulo: Boitempo, 2017.

MASCARO, Alysson Leandro. Estado e forma política. 1a ed. São Paulo, Boitempo, 2013.

MEIRELLES, Giselle Ávila Leal. A seguridade social brasileira frente às ofensivas do capitalismo contemporâneo. In: GRANEMANN, S. (Org). **Teoria Social, Formação Social e Serviço Social**: pesquisas marxistas em debate. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2020

MOTA, Ana E. **Cultura da Crise e Seguridade Social** – Um estudo sobre as tendências da Previdência e da Assistência Social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995, o. 117-157.

OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista/O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003